CÓDIGO DE ÉTICA E CONDUTA DA AIESEC NO BRASIL

O presente Código de Ética e Conduta tem como objetivo concentrar atos e ações de acordo com os valores da AIESEC.

Capítulo I – Da Aplicabilidade

Art. 1º Aplica-se o disposto neste Código de Ética e Conduta a todas as Entidades que possuam vínculo com a AIESEC no Brasil, bem como aos seus respectivos associados.

Parágrafo único. As iniciativas de expansão, as Extensões e o seu respectivo quadro de associados deverão se orientar pelo presente Código de Ética e Conduta.

Art. 2º O Código de Ética se aplica a todas as entidades da AIESEC no Brasil em situações que envolvam e/ou impactem a transparência, legalidade e autenticidade dos documentos referentes às entidades locais.

Art. 3º Os Diretores de todas as entidades, bem como seus conselhos, devem se comprometer, evidenciado pelo apoio visível e inequívoco, ao presente Código de Ética e suas atribuições.

Parágrafo único. Ao menos uma vez ao ano, os responsáveis devem promover treinamentos sobre o Código de Ética.

Capítulo II – Das vedações

Art. 4º Deve-se avaliar cuidadosamente situações que possam caracterizar conduta não aceitável do ponto de vista ético a AIESEC no Brasil e suas entidades, sendo vedadas especialmente as seguintes condutas:

- I. Omitir ou compactuar com casos de não conformidade com este Código de Ética, com o Regimento Interno da AIESEC no Brasil e com os valores da AIESEC;
- II. Financiar, custear, patrocinar ou agir de qualquer modo a subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos na ordem jurídica brasileira;
- III. Sobrepor interesses individuais aos objetivos organizacionais;
- IV. Manifestações partidárias em nome de qualquer instância;
- V. Tratar de forma desigual ou injusta, seja por interesse pessoal ou da entidade, qualquer das partes interessadas em função de cor, sexo, religião, origem, classe social, idade ou incapacidade física e mental;
- VI. Receber ou fazer pagamentos cuja origem ou destino ferem aos preceitos desse código;

- VII. Ofensas, difamação, exploração de qualquer natureza, repressão, intimidação, assédio moral e sexual, preconceito, violência verbal ou não verbal, ou favorecimento nas relações profissionais.
- VIII. Solicitar, sugerir ou receber vantagens pessoais, utilizando-se do cargo ou não, em nome da AIESEC no Brasil e escritórios locais sem que haja contrapartidas às mesmas;
- IX. Fazer uso de informações privilegiadas, obtidas no exercício profissional, em benefício próprio ou de terceiros, bem como não zelar pelo sigilo das informações confidenciais;
- X. Aceitar, no exercício de suas atividades profissionais, qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, comissão, doação, ou vantagem indevida de qualquer espécie, para si ou para terceiros;
- XI. Prática de nepotismo;
- XII. Consumo de drogas ilícitas durante jornada e/ou no ambiente de trabalho.
- XIII. Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- XIV. Utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos ilícitos praticados.

Capítulo III – Do relacionamento

Art. 5º Os escritórios locais devem promover o recrutamento, seleção e aperfeiçoamento de seu pessoal com base em critérios técnicos, dando a oportunidade aos interessados participarem de um processo imparcial, sem discriminação de idade, sexo, etnia, orientação sexual, religião, classe social, diferenças culturais ou necessidades especiais.

Art. 6º A partir da ciência de qualquer infração ao presente Código de Ética ou ao Estatuto e Regimento Interno, todo membro associado tem o dever de comunicá-lo a AIESEC no Brasil por meio do Subcomitê de Governança e Conselho Fiscal, resguardando o sigilo.

§1º Todas as organizações devem criar canais de comunicação sólidos que viabilizem a denúncia de atos que firam o presente Código e demais irregularidades, abertos e amplamente divulgados aos membros associados e terceiros, e de mecanismos destinados à proteção de denunciantes de boa-fé.

§2º Detectada qualquer irregularidade deverá haver procedimentos que assegurem a pronta interrupção e a tempestiva remediação dos danos gerados.

§3º Serão feitas públicas as denúncias após a averiguação pelo órgão julgador da verossimilhança das informações, a fim de proteger a presunção de inocência.

Art. 7. Os escritórios locais devem exercer suas atividades segundo a legislação específica aplicável à sua área de atuação, aos acordos e as convenções, coletivos ou individuais e às condutas estabelecidas neste Código.

Art. 8. Os escritórios locais devem cumprir os contratos que celebrarem, respeitar as leis e regulamentações vigentes no país, bem como o presente Código de Ética e demais normas aplicáveis.

§1º Caso o escritório local participe de processos licitatórios ou dispensas e inexigibilidades de licitação, deverá ter amplo controle a fim de evitar fraudes e benefícios pessoais.

§2º No tocante a licitações e contratos com o Poder Público é vedado:

- a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
- e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
- g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados

Art. 9. Os escritórios locais devem manter com seus clientes, uma relação transparente em relação aos serviços prestados, buscando o melhor desempenho e satisfação do cliente.

Art. 10. Os escritórios locais deverão, em períodos que não exceda um semestre, emitir registros contábeis que reflitam de forma completa e precisa as transações da organização, bem como manter controles internos que assegurem a pronta elaboração e confiabilidade de relatórios e demonstrações financeiras da pessoa jurídica.

Art. 11. A captação dos clientes pelos escritórios locais deve ser baseada na integridade e probidade dos serviços que oferecem. É vedado o aliciamento ou desvio desleal de clientes da concorrência e/ou demais escritórios locais.

Capítulo IV – Dos Critérios

Art. 12. As infrações cometidas são avaliadas segundo os critérios preestabelecidos, que devem ser avaliados individualmente. O Time Nacional de Auditoria e os respectivos Subcomitês tem a função de avaliar tais infrações e emitir decisão definindo a gravidade da infração e a punição adequada, a partir de análise e parecer desenvolvido.

Parágrafo Único: Casos não tipificados nos critérios serão julgados pelo Time Nacional de Auditoria e respectivos Subcomitês conforme a gravidade, danos e consequências, baseados neste Código.

Art. 13. As sanções disciplinares consistem em:

- I. Advertência;
- II. Reparação do dano;
- III. Suspensão;
- IV. Exclusão.

Parágrafo único. A todo membro associado que incorra em quaisquer sanções será concedido o direito à ampla defesa, se manifestando por escrito ou oralmente nas reuniões em que será deliberado o caso, bem como o direito de recurso a instância superior.

Art. 14. Serão levados em consideração na aplicação das sanções:

- I. A gravidade da infração;
- II. A vantagem auferida ou pretendida pelo infrator;
- III. A consumação ou não da infração;
- IV. O grau de lesão ou perigo de lesão;
- V. O efeito negativo produzido pela infração;
- VI. A situação econômica do infrator;
- VII. A cooperação da pessoa jurídica ou física para a apuração das infrações;
- VIII. Existência de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da AIESEC no Brasil.

Art. 15. Para fins do disposto no inciso VIII do artigo anterior, procedimentos de integridade consiste no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública ou a qualquer outra instituição.

Parágrafo Único. Os procedimentos de integridade devem ser estruturados, aplicados e atualizados de acordo com as características e riscos atuais das atividades de escritório local, a qual por sua vez deve garantir o constante aprimoramento e adaptação do referido programa, visando garantir sua efetividade.

Art. 16. A existência de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito dos escritórios locais, previsto no artigo 14, VIII e no artigo 15, deverá ser analisada conforme os seguintes critérios:

- I. Comprometimento da entidade local, incluídos os conselhos, evidenciado pelo apoio visível e inequívoco a procedimentos;
- II. Padrões de conduta, código de ética, políticas e procedimentos de integridade, aplicáveis a todos os associados independente de cargo ou função exercidos;
- III. Padrões de conduta, código de ética e políticas de integridade estendidas, quando necessário, a terceiros, tais como, fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;
- IV. Treinamentos periódicos sobre ética e conduta dentro da organização;
- V. Análise periódica de riscos para realizar adaptações necessárias;
- VI. Registros contábeis que reflitam de forma fidedigna a situação atual da entidade local;
- VII. Controles internos que assegurem a pronta elaboração e confiabilidade de relatórios e demonstrações financeiras do escritório local;
- VIII. Procedimentos específicos para prevenir fraudes e ilícitos no âmbito de processos licitatórios, na execução de contratos administrativos ou em qualquer interação com o setor público, ainda que intermediada por terceiros, tal como pagamento de tributos, sujeição a fiscalizações, ou obtenção de autorizações, licenças, permissões e certidões;
- IX. Canais de denúncia de irregularidades, abertos e amplamente divulgados aos membros e terceiros, e de mecanismos destinados à proteção de denunciante de boa-fé;
- X. Medidas disciplinares em caso de violação de conduta contrária ao presente código de ética;

XI. Procedimentos que assegurem a pronta interrupção de irregularidades ou infrações detectadas e a tempestiva remediação dos danos gerados;

XII. Diligências apropriadas para contratação e, conforme o caso, supervisão, de terceiros, tais como, fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;

Capítulo VI –Das Disposições Finais

Art. 17. Os Conselheiros, membros do Corpo Executivo e os demais membros em geral dos escritórios locais são responsáveis pelo cumprimento deste código, com o intuito de garantir conduta ética a nível local.

Art. 18. Os casos omissos ou situações não previstas serão resolvidos Time Nacional de Auditoria e respectivo Subcomitê.

Art. 19. As disposições do presente Código de Ética se aplicam desde logo.